



Prefeitura Municipal de Butiá

Rua do Comércio, 590 – Bairro Centro - Butiá
Tel.: 51 3652 9400 – www.butia.rs.gov.br

Butiá, 05 de abril de 2022.

SENHOR PRESIDENTE:

Estamos encaminhando a esse Legislativo o presente Projeto de Lei para revogação da Lei Municipal nº 2024 de 11 de maio de 2004, que dispõe do valor máximo de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) para Pagamento de Débitos e Obrigações do Município de Butiá, decorrentes de decisões judiciais, considerados de pequeno valor.

Ocorre que a Constituição Federal dispõe que “pequeno valor” para os municípios será 30 (trinta) salários mínimos caso não atendam as determinações do § 4º do artigo 100 da lei constitucional que faculta aos municípios legislar desde que o valor não seja inferior ao maior benefício do regime geral da previdência social.

Assim, em atendimento a legislação os débitos judiciais que não ultrapassem o teto do benefício pago pela previdência da união, serão recebidos mediante expedição de PRV pelo Juiz da causa; valores superiores, continuam a serem pagos mediante a expedição de precatório.

Isto posto, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, solicitamos a essa Casa Legislativa a apreciação e aprovação do Projeto de Lei, em Regime de Urgência.

Atenciosamente,


DANIEL PEREIRA DE ALMEIDA
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Butiá

Rua do Comércio, 590 – Bairro Centro - Butiá
Tel.: 51 3652 9400 – www.butia.rs.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 4113/2022

REVOGA A LEI N. 2024 DE 11 DE MAIO DE 2004 E DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE DÉBITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE BUTIÁ, DECORRENTES DE DECISÕES JUDICIAIS, CONSIDERADOS DE PEQUENO VALOR.

DANIEL PEREIRA DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º - O pagamento de débitos e obrigações do Município de Butiá, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, considerados de pequeno valor, será feito diretamente pela Secretaria da Fazenda, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo.

Parágrafo Único – Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos e obrigações que não ultrapassem ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social, nos termos do § 4º do Artigo 100 da Constituição Federal (redação dada pela EC n. 62 de 2009).

Art. 2º - Os pagamentos de que trata esta Lei serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitório protocolados na Secretaria da Fazenda, ressalvado os casos de preferência e os prazos estipulados na Constituição Federal e demais legislação pertinente.

Art. 3º - Se o valor do débito ou da obrigação ultrapassar o limite previsto nesta Lei, o credor poderá renunciar ao crédito excedente, para beneficiar-se do pagamento sem a expedição do precatório judiciário.

Art. 4º - Para os pagamentos de que trata esta lei, será utilizada a seguinte dotação orçamentária:

1.008- Sentenças Judiciárias.

3.3.90.91.01.00.00 – Sentenças Judiciais.

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em,


DANIEL PEREIRA DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em


VALMIR RIBEIRO PEREIRA
Secretário Municipal de Administração